

**PLANO E MEMÓRIA DE REUNIÃO**
**1. PLANO DE REUNIÃO**
**TEMA – ASSUNTO PRINCIPAL DA REUNIÃO**

Reunião do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios – GTREL /GTCON

**Nº OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1	Informes Gerais ao GTREL, por STN/CCONF
2	Proposta de Nova Codificação Orçamentária de Natureza da Receita pela Secretária de Orçamento Federal –SOF.
3	Matriz de Saldos Contábil - MSC

**2. MEMÓRIA DE REUNIÃO (ATA)**

Data	Hora (início)	Hora (término)	Relator
22/05/2013	9h00	18h00	Maria José

**COORDENADOR DO GRUPO TÉCNICO DE PADRONIZAÇÃO DE RELATÓRIOS - GTREL**

Thiago de Castro Sousa

**PARTICIPANTES**
**Titulares**

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Thiago de Castro Sousa	CCONF/STN	Júlio César dos Santos Martins	IRB
Alessandro de Oliveira	ATRICON	Ricardo Rocha de Azevedo	ABM
Ana Ferreira Alves Martins	GEFIN	Sandro Luiz Costa de Macedo	SEF/DF
Ana Paula Sousa	DESID/SE/MS	Soraya Fernanda Coelho Mora Matos	ATRICON
Antonio Dourado Vasconcelos	ATRICON	Valdivino Gonçalves da Costa	ATRICON
Graziela Luiza Meinchem	SEFAZ/TO	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Suplentes**

Alan Johanson	SEFAZ/ES	Marilene Lopes Cortez Meirelles	SEFAZ/RS
Cláudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa	STN/CCONF	Tiago Maranhão Barreto Pereira	STN/CCONT
Gerson Portugal Pontes	ATRICON	Paulo Henrique Oliveira	CGU
Maria Tereza G. Souza Mendes	SEFAZ/AL	Valdick Gonçalves Ribeiro Bonfim	IRB

**Assessores Técnicos**

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Evandro Fiuza Camargos	ABRASF	Maria José Pereira Yamamoto	STN/CCONF
Giovani Loss Pugnall	CONACI	Margareth Braga Neves Fragoso	ABRASF
Gislaine Messias de Lima	STN/CCONF	Sérgio Amorim de Oliveira	STN/CCONF
Márcia Evangelista Prudente	TCM/CE	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Convidados**

Nome	ÓRGÃO	Nome	ÓRGÃO
Abmael Evangelista da Rocha	PREFEITURA/SP	Joyce Borges do Couto Raposo	SEFAZ/RJ
Acir José Honório Bueno	TCE/PR	Kátia Antonia Melo Behrens	PREFEITURA/BA
Adília Maria da Costa Menezes	GOVERNO/RR	Kleber da Silva Pinheiro	GOVERNO/RR
Adriano Sérgio Batista Lopes	CGE/PI	Leandro André Knorst	CGE/AC
Alan Jonson Piccini	Betha Sistemas	Léo Galdino de Souza	CASA CIVIL
Allan Cardoso de Albuquerque	TCE/RO	Lorien dos Santos Araujo	ACRE- PREVIDÊNCIA
Ana Paula da Mata	Agenda acessória	Lucia Helena Queiroz L.Câmara	CGE/TO
Andreia Saraiva Ximenes	PC/RR	Luciana Carnauba Barros	CNM
Anna Paula Servo de Araújo	CECAM	Luciano Cardoso de Barros Filho	SEF/DF
Antonio Fernando P. Barbosa Caíres	TCM/BA	Luiz Cláudio Viana	TCE/SC
Arcélio Dutra de Brito	CGM-PC/RJ	Marcelo Augusto Jorge	IP/AC
Bruno Anselmo Bandeira	TCE/MT	Márcia Jane Campiani Colombo	SEFAZ/SP
Carlos Leandro Ransan	PREFEITURA/RS	Marcio Bezerra Menezes Serpa	TCM/CE
Cassiano Lhopes Moreno	STAF TECNOLOGIA LTDA	Marcos Uchoa de Medeiros	SEFAZ/PB
Cassio Jeronimo soares Caldas	ASPEC	Maria da Conceição de Jesus	SEFAZ/BA
Cláudia Marques de Sousa Toscano	CONTROLADORIA/PB	Maria Helany da Silva	SEFAZ/TO
Daniel Carneiro de Aguiar	MPF	Maria Luiza Firmino	GOVERNO/RR
Daniele Tribino Ferrera	DEPOF	Maria Rita Felipe da Silva	RF CONTABILIDADE
Denise Maria Delgado	TCE/MG	Mariza Nunes	SICOM ASSESSORIA
Derli Antunes Pinto	STN	Marta Maria Brandão Muniz	SEFAZ/AC

Deusmar Paixão Alves de Oliveira	CGE/RR	Maurício Parizotto Lourenço	SEFAZ/TO
Edmar Carvalho de Souza	SEFAZ/AC	Nara Ney de Souza Felix	SEFAZ/RR
Edna Augusto Coelho	MS/DF	Omar Pires Dias	TCE/RO
Edson Nunes Gouvêa	TCE/PR	Paulo de Lima Pereira	SEFAZ/AC
Elane Silva Ataiades	TCE/TO	Plácido Cesar Paiva M. Junior	TCE/PB
Elianete Rufino Franco	SEFAZ/AC	Rafael Rocha Parente	SOF/MPOG
Elizabeth Regina Queiroz	TCE/MG	Ricardo André de Holanda Leite	SEFAZ/AL
Esaú Fagundes Simões	PI CONTABILIDADE	Ricardo José da Silva	TCE/SC
Fábio Silva da Costa	SEFAZ/AC	Rogério Ribeiro Araruna	TC/DF
Fleury Pereira do Santos	CGE/TO	Ronald Marcio Guedes R.	SEFAZ/RJ
Francisca Jacqueline A. S.	STN	Rosa Aníliá Moreira de Almeida	FES
Francisco Alves da Cunha Neto	GOVERNO/RR	Ruth Helena Delgado Bastos	TCE/PA
Francisco das Chagas Sobrinho	CGE/AC	Serginaldo Menezes da Costa	GOVERNO/RR
Francisco de Assis Brito	PREFEITURA/RN	Shayenne Cristine Paes Carreiro	TCE/PA
Francisco Feitosa de Araújo	CGE/PI	Sílvia Silva de Souza	SEFAZ/AC
Gislene da Silva Santos	PREFEITURA/SP	Soneide de Almeida Santos	TJ/ES
Helena Velma dos Santos Martins	SEFAZ/RR	Valéria Cavati Ribeiro Freitas	TJ/ES
Heriberto Henrique V. Nascimento	APO	Victor Lamark Costa Brasil	ASPEC
Ingrid Dinorah de Araújo Cavalcante	GOVERNO/RR	Virginia Felipe da Silva	RF CONTABILIDADE
Joanna Granja Sant Anna	TCE/RJ	Vitor Manuel dos Santos	TCM/BA
Jorge Luis dos Santos	PBH/MG	Walter Luís Dias Leal	PREFEITURA/RJ
José Oscimar Montes Fortes	SEFAZ/AC	Wemerson Rodrigues Figueira	TCE/TO
Josedilton Alves Diniz	TCE/PB	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**ASSUNTOS EM PAUTA/DESENVOLVIMENTO E CONCLUSÃO:**
**GT CONJUNTO GTCON/GTREL – 22 de maio de 2013.**
**1) Informes Gerais ao GTREL, por STN/CCONF**

O Subsecretário de Contabilidade Pública da STN abriu a reunião dando as boas vindas aos representantes do GTREL, e parabenizando os participantes do GTCON pelos trabalhos desenvolvidos até o momento, destacou a importância do debate e do envolvimento dos entes federativos na construção conjunta da Matriz de Saldos Contábeis desenvolvida para elaboração dos demonstrativos contábeis e fiscais no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI). Destacou a importância dos insumos colhidos nas discussões dos GT's para futuras frentes de trabalho pela STN no que tange a implantação do SICONFI juntos aos entes da federação, destacou também que o projeto é prioridade da STN e que devido sua magnitude e a quantidade de demonstrativos a serem mapeados e a forte mudança no plano de contas não teria como não se deparar com divergências na fase de implantação, uma vez que o projeto está sendo implantando sem prévio planejamento, partindo-se de um modelo conceitual, finalizou solicitando esforço conjunto de todos os entes para que o projeto SINCONFI atinja o objetivo. Por fim agradeceu a participação de todos no processo de implantação do SINCOFI.

A coordenadora da CCONF deu as boas-vindas aos participantes e destacou as premissas dos grupos de trabalho, dentre elas mencionou a tentativa de um diálogo permanente, a redução de divergência, a busca de harmonização para alcance de alguns objetivos como promoção de controle social, transparência, melhoria da gestão pública do país. Destacou que a cultura do diálogo nasce com atitudes de respeito e vê-se que o grupo tem claro objetivo.

O coordenador do GTREL, Thiago, apresentou-se ao grupo e iniciou a reunião informando que pretende criar grupos de trabalho para que haja maior participação dos entes nos trabalhos desenvolvidos pelo GTREL. Dessa forma, passou a palavra ao representante da STN, Henrique que deu início a pauta do dia.

**2) Proposta de Nova Codificação Orçamentária de Natureza da Receita pela Secretária de Orçamento Federal-SOF**

O representante da CCONF, Henrique, convidou o palestrante da SOF, Ugo, para apresentar a proposta nova codificação orçamentária da Natureza da Receita. O representante da SOF iniciou sua apresentação mencionando que a estrutura da atual codificação decorre da interpretação literal do §4º do art. 11 da Lei nº 4.320/64, combinado com conceitos específicos do direito tributário, e que a nova proposta de alteração continua a respeitar os dispositivos da lei mencionada. Explicou que apesar de a nova classificação ter ser atido estritamente a ótica tributária isso acaba comprometendo a extração de informações macroeconômicas e informações gerenciais da Receita Pública, disse que proposta e de alteração nos códigos da e portanto não haverá alteração de classificação uma vez que a classificação em tese consta no corpo da Lei 4320. Explica que se for o caso poderia emitir um relatório de compatibilização para evitar perda de informações. Contrapôs que os benefícios dessa alteração seriam grandes, para exemplificar mencionou que a classificação atual provoca uma dissociação entre a receita propriamente dita – conceituado receita como aquilo que se é arrecadado em primeiro lugar, exemplo no

caso do IPTU não considerando os juros, multas e dívida ativa decorrente de atraso na arrecadação. A atual codificação cria uma dissociação quando, por exemplo, a receita do IPTU não é arrecadada na data prevista e se perde a cadeia derivada de receita do IPTU. Quando alguém quer a informação sobre a arrecadação do IPTU, o que se quer saber é o valor total da receita propriamente dita + Acessório, não se quer apenas o valor do principal, essa informação na atual classificação fica comprometida uma vez que juros, multas e outros valores ficam agrupados em uma única conta sem nenhuma associação com a receita propriamente dita, isso acaba constituindo um óbice quando se quer informações saber o valor correto de arrecadação por tributo. O representante da SOF explica que essa classificação atende bem a ótica tributária, porém a ótica do orçamento público ela não atende. Outra desvantagem é que a atual classificação faz a fragmentação pulverizada da codificação, com a profusão de códigos numéricos desordenados como consequência há a necessidade de gerar diversos procedimentos paralelos para se obter a informação correta, por exemplo, emissão de relatórios para captura dos códigos corretos e consolidação desses para se conseguir passar essa informação. Como os códigos não tem ordem de formação, estruturar esse relatório não é algo muito simples, tem que ser feito um por um, não há uma lógica que possa ser passada para o sistema entender e fazer isso sozinho. Constatando isso, se verificou que há uma possibilidade de melhoria que seria criar meios de proporcionar crescimento ordenado e lógico para o registro das receitas públicas, com foco na transparência e simplicidade e também, a obtenção de informações gerenciais. O representante argumentou que a SOF está recebendo várias demandas, inclusive do TCU e da Controladoria Geral da União com relação à transparência e à simplicidade, explica que está apresentando uma proposta para criar uma ordem lógica de classificação da Receita Pública.

Continua explicado que a estrutura da atual codificação decorre da interpretação literal do §4º do art. 11 da Lei nº 4320/64, combinado com conceitos específicos do direito tributário o que não atende as necessidades atualmente, uma vez que gera uma disfunção no que se refere à multa, juros e multa da dívida ativa de receitas sem qualquer tipo de relação entre si recolhidos em conjunto, por meio de códigos genéricos, em seguida resumiu os pontos negativos que decorrem da estrutura delineada da classificação vigente:

- Ausência de pertinência lógica entre o código da receita e o das (MJM+ DA - multa juros e multa da Dívida Ativa) a ela associados provoca ineficiências sistêmicas e a consequente necessidade de se estruturarem processos paralelos, com vistas a “consolidar” arrecadações;
- MJM e DA de receitas diferentes recolhidos em conjunto, sob códigos genéricos (isso não poderia causar problemas futuros com os órgãos de controle?);
- Não favorece a obtenção de informações macroeconômicas de forma célere e simples;
- Não é transparente;
- Não é adequada ao delineamento organizacional vigente na APF;
- Não possibilita o crescimento ordenado da classificação;

O representante da SOF explica que é necessário desenvolver uma nova estrutura que eliminasse essa disfunção e que possibilite uma associação lógica e imediata entre a receita propriamente dita, a multa, a dívida ativa, a multa e os juros da multa de dívida ativa, e não mais juntar toda a arrecadação derivada em outras receitas correntes, de tal forma que dentro de outras receitas correntes tenhamos códigos que não puderam efetivamente ser abarcados. A proposta seria desenvolver uma codificação ordenada e estruturada de forma que permita colocar multa, juros e multa da dívida ativa junto com cada tipo de tributo por meio da subalínea, o código basicamente se mantém, não alterando a categoria econômica, origem, espécie, rubrica e alínea, a alteração se dará na subalínea que na estrutura atual contém dois dígitos e na nova proposta chamaríamos esses dois dígitos de subalínea e detalhe, os seis primeiros dígitos identificará a arrecadação da receita propriamente dita e os dois últimos fará a identificação dos tipos de arrecadação com a origem comum (multa, juros e multa + dívida ativa do tributo + multa, juros e multa da dívida ativa), sendo o último dígito utilizado para fazer a associação entre cada tipo de arrecadação específica com a subalínea específica dela. O primeiro dígito da subalínea seguirá a seguinte lógica: 1X => 1ª Dezena (Receita principal – propriamente dita), 2X => 2ª Dezena (MJM da Receita), 3X => 3ª Dezena (Dívida Ativa da Receita) e 4X => 4ª Dezena (MJM da Dívida Ativa da Receita), o último dígito identificará a que tributo essa multa ou juros se refere.

O representante lembrou que se houver necessidade fará um relatório de compatibilização, extraído da nova codificação, para fins de cumprimento de questões tributárias relacionados com o parágrafo 4º do artigo 11 da lei 4.320/64, a qual se refere apenas a primeira estrutura que abarca os seis primeiros dígitos, ou seja, a alteração dos dois últimos dígitos em nada altera o comando do artigo e portanto ele não acredita que será necessário esse relatório. Na sequência, o representante listou as vantagens da nova codificação: lógica de formação simples, lógica de crescimento estruturada, possibilita elevado grau de especificidade de registros sem comprometer a simplicidade, a transparência, a estrutura e a lógica da classificação e também vai otimizar os processos de projeção da receita e a obtenção de informações macroeconômicas.

Quanto à implementação da proposta, o representante informou que em dos GTCON's de 2012 foi apresentado ao grupo a proposta de nova codificação, em junho de 2012 foi finalizada a estrutura de códigos, após isso em setembro de 2012 foi feita uma tabela de conversão de todos os códigos atuais para os novos, essa estrutura completa dos códigos, da lógica de formação e essa explicação toda sobre a nova classificação consta em uma nota técnica emitida pela SOF, a qual foi encaminhada para a STN em setembro de 2012, já com a proposta inicial da SOF, houve aprovação de todo o corpo diretivo da

SOF, o sistema Siop - que o sistema informatizado de planejamento e orçamento, o qual substitui o antigo SIDOR e o SIGPLAN – terá funcionalidades para fazer o “De-Para” entre uma codificação e a outra, o prazo para finalização dessa implementação no Siop é fevereiro de 2014, pois o objetivo da SOF é elaborar o PLOA da União 2015 com a utilização dessa nova codificação e na SOF começa a elaboração do PLOA 2015 em fevereiro de 2014 isso é necessário devido a previsão da receita, por isso é necessário que toda essa classificação esteja apta a utilização nessa data.

O representante abriu para manifestação dos presentes, houve algumas dúvidas: 1) O representante Bruno da Secretaria do Estado do Espírito Santo- ES, perguntou se foi cogitada a classificação sobre a Correção Monetária, o representante da SOF disse que pelos seus estudos observou que o governo não trabalha com a separação de Correções Monetárias de Juros, porém disse que está sobrando espaços para códigos nessa estrutura e, portanto se houver essa separação o que seria bem salutar haverá como criar novos códigos sem problemas nessa nova classificação; 2) O representante da Secretária da Fazenda do ES questionou também se as multas contempladas nessa nova classificação tributária serão somente as multas moratórias, e então as multas punitivas continuariam em outras receitas? O representante da SOF respondeu que sim, as multas punitivas continuariam em Outras Receitas Correntes, porque não faria sentido separá-las, até porque quando se vai extrair uma informação macroeconômica da arrecadação essa multa não entra. 3) O representante Caio da CCONF-STN, membro da equipe SICONF, que trabalha com mapeamentos de Receitas Orçamentárias para inserir no SICONF de acordo com o novo MTO e a equipe notou que há uma série de receitas que estão em desacordo com o MCASP e indagou se houve nessa nova classificação alguma providência para que os dois manuais estejam em sintonia? O representante da SOF respondeu que possivelmente o MCASP está desatualizado em comparação com o MTO e que o mais atualizado é o MTO, se houver algum ajuste a fazer nos Códigos a SOF fará, disponibilizou o contato para que se houver alguma incompatibilidade ser resolvida. O representante da SOF após se questionado por outros dois representantes esclareceu que se houver necessidade poderia aumentar em um dígito a estrutura atual que é de oito dígitos para separar ir a arrecadação da Correção Monetária, o que inclusive ele acha que seria mais adequado, porém reafirma que hoje não é o procedimento adotado pelo governo federal, também esclareceu que essa nova estrutura abarca também a possibilidade de estados e municípios criarem suas estruturas dentro da mesma lógica, também foi questionado se o PLOA dos Estados e Municípios também estão abarcados nessa previsão de uso de nova classificação para o ano de 2014, o representante da SOF disse que essa questão não é competência da SOF, mas sim da STN, mas que ele acredita que Estados e Municípios por suas peculiaridades terão prazos maiores. O representante da SOF, após responder as dúvidas agradeceu a oportunidade e disponibilizou seu e-mail para maiores esclarecimentos, envio da nota que explica melhor essa proposta de classificação ou mesmo sugestões. Foi questionado pelo representante do DF, Barreto, se essa classificação abarca as receitas Correntes e de Capital? Foi respondido que sim. O representante do DF também perguntou se no caso de se criar essa estrutura de controle por meio de subalínea e detalhe não se cria um limitador de códigos, uma vez que há apenas um campo, o do último dígito para se classificar os ICMS e argumentou que no caso do DF a arrecadação de vários ICMS e há a necessidade de separar essa arrecadação por tipo de ICMS, o representante da SOF disse que desconhecia essa necessidade do DF, pois a União não trabalha com ICMS, solicitou que fossem enviados os arquivos via email essa estudos dessa necessidade. A representante Simone perguntou se essa nova codificação é fixa ou se, por exemplo, no caso de Município eles poderiam adaptar as suas necessidades criando outros códigos, como por exemplo, para taxas? O representante da SOF disse que está em estudo junto a STN essa possibilidade de dar um pouco mais de liberdade nessa tabela aos entes, para que eles possam dar continuidade na codificação adaptando códigos novos.

O representante da STN explicou que o objetivo de trazer essa explicação para o GT era de colher as necessidades da Federação, que a oportunidade de colher as necessidades de Estados e Municípios é agora, também disse que o assunto voltará a ser debatido no âmbito do GTCO e GTREL, antes de sua implantação.

### **3) Matriz de Saldos Contábil - MSC**

Após a apresentação dos informes gerais, o coordenador do GTREL passou ao próximo tópico da pauta. O representante da STN, Henrique, explicou que o objetivo é apresentar a Matriz de Saldo Contábil - MSC, discutir a forma como ela será utilizada, bem como a sua própria estrutura como os itens que a compõem, como ela é formada, como isso vai ser importante para o processo de consolidação das contas. Primeiramente o representante apresentou a base legal, a base que permite a elaboração de uma estrutura padronizada para geração das informações consolidadas, citou que a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o Poder Público deve promover a consolidação das contas públicas, e essa consolidação envolve as contas da União, dos Estados e dos Municípios, além disso, a portaria 548 que é a Portaria que define os requisitos dos padrões mínimos de qualidade do SIAFIC – sistema disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, diz que o sistema contábil dos entes da federação vai atender os padrões mínimos de qualidade quando estiver em conformidade com o Plano de Contas Aplicados a Federação – PCASP, então é requisito mínimo para atender a LRF estar de acordo com os sistemas previstos na LRF, é nesse sentido que surge a figura chamada de MSC, explica que a MSC é uma estrutura padronizada de informações que terá como objetivo elaborar os demonstrativos contábeis e fiscais de forma consolidada, então ela nada

mais é que uma estrutura padronizada que vai permitir a otimização da coleta de dados dos entes da Federação, em partes é como se ela já existe hoje pois temos o QDCC, o SISTN que coleta os dados de toda a Federação, a diferença é que ela vai ser um aversão muito mais atualizada e útil, porque ela vai se tornar um reservatório de informação de todo o Brasil, explica também que quando ele estiver falando de informação fiscal, orçamentária e contábil, inclusive muitos entes da Federação e Tribunais de Contas já sinalizaram a intenção de usar a MSC como sendo seu sistema de informação dos entes da federação, por exemplo temos vários Tribunais de Contas que possuem o seu próprio sistema e já sinalizaram que tem a intenção de usar a MSC como seu próprio sistema de coleta, porque a MSC será o maior banco de dados de informação que a federação já teve. O representante explica que isso vai ser muito útil para todos padronizar as informações em todo o Brasil, vai aumentar a confiabilidade da informação vai evitar a manipulação dos dados, porque hoje a coleta dos dados é muito precária, não é confiável, porque a inserção de dados é manual e a MSC não será dessa forma, a MSC será padronizado com uma visão bastante segura dos dados contábil da informação. Imagine que já há uma estrutura com todos os dados uniformizados, isso vai contribuir para a LRF e para a Lei de Acesso a Informação isso vai contribuir para dar transparência à informações fiscais e contábeis de todos os entes, servindo de base de informação para os Portais de Transparência do Brasil, além de proporcionar a segurança da informação, da padronização dos dados fiscais e contábeis surge uma vantagem que é o uso de novas Tecnologias de Informação, a MSC que será o repositório de dados vai ser baseada Tecnologia conhecido como XBRL, que é um modelo já usado pelo mundo todo.

Após apresentar detalhadamente a MSC conforme material disponibilizado para o grupo no site da STN o representante abriu para os questionamentos:

O representante da Atricon – Marcos – questionou se dessa forma não se estaria forçando o uso da Matriz de Saldo Contábil pelos entes, pois há vários tribunais que ainda não trabalham com o conta-corrente, alguns como São Paulo já trabalha, mas outros não? O representante da STN explica que com relação ao Plano de Contas ele não foge ao que já temos em nível de consolidação, porque a informação que é coletada é a informação para o Demonstrativo no mesmo nível do que já é utilizado hoje. O representante da Atricon também questionou sobre o suporte que a STN teria que dar aos entes que optasse por esse sistema?

A representante do IRB – Renata questionou se no caso dos Municípios do Rio Grande do Sul que não adotam o sistema de conta corrente se eles terão que expor tudo isso em conta contábil para fins da coleta? O representante da STN explica que não, pois o sistema vai ter campos para que seja preenchido manualmente da mesma forma que é feito hoje pelo Sistn.

A representante Simone argumentou que os Municípios não trabalham com a metodologia conta corrente e diz que seria uma mudança muito drástica no sistema de cada um deles e que os Municípios não estão preparados para essa mudança.

A representante da STN – Cláudia pede a palavra para fazer um esclarecimento sobre o uso da MSC e o funcionamento do SICONF, explica que por não termos conseguido disponibilizar o material com antecedência para que todos pudessem ter estudado a apresentação fica um pouco comprometida, pois a falta de leitura desse material dificulta o entendimento pelo grupo, então a representante passa a explicar esse material, primeiramente explica que nesse material há uma minuta de IPC e na introdução dessa minuta há uma explicação sobre o funcionamento do SICONFI, explica que a proposta é inicialmente em 2014 coletar os Demonstrativos - de forma digitada ou de outra forma que permita capturar o Demonstrativo pronto -, em 2015 entraria em vigor a Matriz de Saldo Contábil porém, outras formas de envio que não seja pelo uso da MSC não serão suprimidas, salienta que sabemos que não será possível implantar a MSC para toda a Federação de imediato em 2015 e que a princípio a STN estará substituindo o Sistn e criando uma outra forma de gerar os Demonstrativos com a intenção de facilitar e criar um banco de dados que permita a consolidação com dados confiáveis, infelizmente hoje temos uma dificuldade em função do sistema utilizado. Salienta que a forma de receber as informações pela STN vai continuar da mesma forma e apenas será oferecida outra forma bastante melhor para envio das informações pelos entes. Quanto à ideia da matriz é permitir essa consolidação, porém ela não vai eliminar as outras formas de envio. Quanto a matriz a ideia é facilitar para quem ainda não adotou um plano de contas, o PCASP estendido é uma proposta que foi trabalhada e que poderá servir de parâmetro para alguns, porém isso não será um problema, pois o nível maior de detalhamento que precisamos será na natureza de Receita, de Despesa e fonte que são para preencher os Demonstrativos Fiscais. O maior problema é a falta de padronização na Federação. Outro ponto que a representante fala é que o que se está sendo apresentando não é algo pronto, explica que o trabalho inicial da STN foi fazer um mapeamento para averiguar a possibilidade da proposta de minuta da IPC, diz que a ideia é fazer um detalhamento maior, além do quinto nível, somente naquilo que for extremamente necessário para preencher aquela célula do Demonstrativo, explica que não dá para fazer isso sem seguir uma padronização no SICONFI, a STN sabe que alguns entes da federação já estão estruturados e teremos que pensar numa forma de fazer um ajuste para que esse ente envie a informação necessária. A estrutura da matriz que foi apresentada para propor a participação de todos para validar essa minuta, explica que a proposta apresentada não foi criada pensando na União, mas sim na Federação. Respondendo ao representante da Atricon a representante da STN diz que o sistema estará preparado para fazer todas as validações necessárias e para que isso ocorra de forma correta é muito importante a participação de quem já está estruturado.

O representante da STN – Thiago pede a palavra para explicar que o Tesouro contratou um consultor internacional qualificado para ajudar a desenvolver o sistema junto à equipe do **SICONFI**, explica que essa pessoa é uma das que mais

